

## **01. Contexto Operacional**

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na Cidade de Belo Horizonte à Rua Mar de Espanha 525, bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA MG possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de dezembro de 2012:

- ▶ Copasa Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.
- ▶ Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.
- ▶ Copasa Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia atua em 882 localidades no Estado de Minas Gerais (875 em dezembro de 2011), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.499.455 economias atendidas (4.338.678 em dezembro de 2011). Merece destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de Economias	Vencimento	Localidade	Vencimento
Belo Horizonte	954.169	2034	Belo Horizonte	2034
Contagem	223.975	2073	Contagem	2073
Betim	130.894	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	125.459	2028	Betim	2042
Ribeirão das Neves	91.020	2034	Ipatinga	2022
Divinópolis	87.962	2041	Divinópolis	2041
Ipatinga	80.502	2022	Ribeirão das Neves	2034
Santa Luzia	67.480	2023	Santa Luzia	2013
Patos de Minas	52.961	2038	Patos de Minas	2038
Ibirité	50.514	2034	Pouso Alegre	2046
Pouso Alegre	48.933	2046	Varginha	2013
Varginha	48.222	2013	Conselheiro Lafaiete (2)	2010
Conselheiro Lafaiete (2)	47.353	2010	Ibirité	2034
Teófilo Otoni	40.736	2034	Lavras	2034
Sabará (1)	40.475	2042	Araxá	2032
Lavras	38.912	2034	Teófilo Otoni	2034
Araxá	37.751	2032	Itajubá	2034
Ubá	34.443	2014	Alfenas	2033
Itajubá	34.351	2034	Pará de Minas (2)	2009
Coronel Fabriciano	33.323	2033	Coronel Fabriciano	2033

- 1) A assinatura da renovação do contrato de concessão de prestação de água e assunção da prestação de serviços de esgotamento sanitário com o Município de Sabará foi efetuada em 28 de dezembro de 2012. O faturamento de água em 2012 em Sabará foi de R\$19.727 (R\$18.054 em 2011), ou 0,62% (0,61% em 2011) do faturamento da Companhia.
- 2) O contrato de concessão com o Município de Conselheiro Lafaiete encerrou-se em 23 de julho de 2010, e com o Município de Pará de Minas encerrou-se em 11 de outubro de 2009. O faturamento de água e esgoto em 2012 de Conselheiro Lafaiete foi de R\$28.076 e em Pará de Minas de R\$30.374 (R\$27.211 e R\$26.289 em 2011), ou 0,88% e 0,95% (0,92% e 0,89% em 2011) do faturamento da Companhia, respectivamente. A Companhia está envidando esforços para renovar estas concessões.

## 02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 da controladora e consolidadas em 20 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

### (a) Base de preparação

As demonstrações financeiras, da controladora e do consolidado, foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais do relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações da controladora preconizam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial e não permitem a contabilização da correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado para os exercícios de 1996 e 1997, e diferem das práticas aplicadas às demonstrações consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, cuja avaliação de investimentos é feita pelo custo ou pelo valor justo (Nota 08), e pela contabilização, requerida pela IAS, da correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado para os exercícios de 1996 e 1997 (Nota 02 “c”).

### (b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

	% de participação no capital	
	Total	Votante
Controladas:		
Copasa Águas Minerais de Minas S/A	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A	100	100

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto ou qualquer outra condição que se permita exercer o controle. Atualmente todas as controladas são subsidiárias integrais da Controladora. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa sobre uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

(c) Correção monetária consolidada

Todos os itens dos ativos intangível e imobilizado do consolidado são apresentados pelos seus custos históricos corrigidos monetariamente, com base em índices oficiais, menos depreciação, até 31 de dezembro de 1997, data em que a economia brasileira deixou de ser considerada hiperinflacionária. Os ajustes contábeis decorrentes dessa correção monetária impactaram o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido consolidado, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$26.722 e R\$5.205, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (R\$31.927 e R\$5.930, respectivamente, em 2011).

(d) Novos pronunciamentos do IFRS

1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas Demonstrações Financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 - Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos - Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimentos mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo na IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

## IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de Demonstrações Financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre da Companhia.

## IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgação - Exigências Maiores para Divulgação de Desreconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das Demonstrações Financeiras da Companhia entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

As alterações acima não foram aprovadas pelo CPC no Brasil, de forma que não são aplicáveis no país.

## 2. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor:

## IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões da IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

## IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas a IAS 19, sendo que tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia identificou a necessidade de reconhecimento complementar do passivo atuarial no valor de R\$203 milhões, decorrente de ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas até 31 de dezembro de 2012 e que deverão ser reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2013, em face de não aplicação da regra do “corredor” estabelecida pela IAS 19 a partir da referida data, de acordo com o disposto na Nota 17.

## IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 se converte na IAS 28 - Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta revisão não irá gerar nenhum impacto sobre a Companhia.

## IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

## IFRS 1 - Empréstimos do Governo - Revisões do IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências do IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre a Companhia.

## IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões do IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

## IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013. Contudo, a norma Alterações à IFRS 9 – Data Efetiva do IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

## IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas)

A norma IFRS 10 substitui a parte da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC - 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que o IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

## IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC - 13 - Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

## IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

O IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também é necessária, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

## IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

O IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. O IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

## IFRIC 20 - Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá um impacto sobre a Companhia.

## **Melhorias Anuais - maio 2012**

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:

### IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS

Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá readotar o IFRS 1. Se o IFRS 1 não for readotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas Demonstrações Financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.



## IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

## IAS 16 - Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

## IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação

Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 - Impostos de Renda.

## IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias

A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas Demonstrações Financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

### (e) Reclassificações nas demonstrações financeiras de 2011

Para efeito de comparabilidade com o exercício de 2012, alguns dados divulgados em 2011 foram reclassificados, sem alterar, no entanto, os resultados finais, conforme descrito abaixo:

Na Demonstração de Fluxos de Caixa o valor de juros capitalizados passou a ser redutor do item “adições em intangível e imobilizado” no grupo “atividades de investimento” e deixou de compor o item “juros sobre empréstimos” no grupo “ajuste ao lucro”. O valor do item “imposto de renda e contribuição social diferidos” deixou a grupo de “ajustes ao lucro” e passou a fazer parte do grupo “atividades operacionais”, na linha de “impostos, taxas e contribuições”. Os itens “ativo financeiro mantido até o vencimento” e “aplicação financeira vinculada” deixaram de compor o grupo “atividades operacionais”, e passaram a compor os itens “aplicações e resgates de ativos financeiros mantidos até o vencimento e aplicação financeira vinculada”, no grupo “atividades de investimento”, com reflexo no item “rendimento ativos financeiros e aplicação financeira vinculada” no grupo “ajuste ao lucro”, onde o item “juros capitalizados sobre caução do BNY” passou a compor o saldo do item “rendimento e juros sobre caução em garantia de financiamentos”. O item “recursos oriundos de debêntures conversíveis” do grupo “atividades de investimentos”, passou a ser redutor do item “pagamento de principal de empréstimos” no grupo “atividades de financiamento”.

### 03. Sumário das Principais Práticas Contábeis

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### (b) Ativos financeiros

##### (i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis:

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

##### (ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### (c) Contas a receber

##### (i) De clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado.

Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado da rubrica de contas a receber contra a conta de provisão para devedores duvidosos.

Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:

Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.

Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH):

A Companhia não constitui provisão para perda dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à PBH não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

(d) Moedas e Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

(e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

(f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme item (s) desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 05, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

#### Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA MG de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

#### Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

#### (h) Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 – 40
Máquinas	10 – 15
Veículos	3 – 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 – 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou da Companhia de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

(i) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, a cada encerramento do exercício social, se há indício de perdas no valor recuperável de seus ativos. Caso haja esse indício, ou quando este teste anual da perda no valor recuperável de um ativo é requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo corresponde ao valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos de venda, ou o seu valor em uso baseado no modelo do fluxo de caixa descontado, dos dois, o menor, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou CGU ultrapassar o seu valor recuperável, considera-se ter havido perda no valor recuperável do ativo, sendo ajustado ao seu valor recuperável. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Um modelo adequado de avaliação é utilizado para determinar o valor justo menos custo de venda. Esses cálculos são confirmados por múltiplos de avaliação e outros indicadores de valor justo disponíveis.

Perdas no valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para ativos que excluem ágio, uma avaliação é feita a cada encerramento do exercício social sobre a existência de qualquer indício de que as perdas ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não mais existam ou possam ter sofrido redução. Se existir esse indício, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é estornada apenas se tiver ocorrido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda de valor recuperável foi reconhecida. O estorno é limitado de forma que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu valor recuperável, nem o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda

de valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esse estorno é reconhecido na demonstração do resultado.

(j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo médio de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecido como sendo de valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(iii) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(k) Provisões

As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

(l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos da rubrica de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

(m) Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço, da controladora e suas controladas que geram lucro real. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.



(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- A respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- O imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- A respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

(iii) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

<b>Impostos</b>	<b>Alíquota %</b>
PIS/PASEP – Programa de integração social	1,65
COFINS – Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(\*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

(n) Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldado e do novo Plano de Contribuição Definida. Essa estratégia resultou em uma redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano receberá apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do INPC e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante. Todas as contribuições recebidas são aplicadas no mercado financeiro. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual a contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação ou o valor justo dos ativos dos planos naquela data, dos dois, o maior. Os ganhos ou perdas foram calculados até 31 de dezembro de 2012 e reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos. Os ganhos ou perdas calculados a partir de 01 de janeiro de 2013 passaram a incorporar o saldo do passivo atuarial a ser reconhecido, devendo, para tanto, ser registrados como “outros resultados abrangentes”, na conta de “ajustes de avaliações patrimoniais”, dentro do patrimônio líquido, devido a eliminação do seu diferimento determinado pela IAS19.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados/empregados, no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

(o) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(p) Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita é atribuída com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

(iv) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

(r) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pelos órgãos competentes ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

(s) Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com interveniência do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (g) desta nota.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto o Município de Ipatinga, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta Nota.

(t) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

(u) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

(v) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de

terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### **04. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

A preparação das informações financeiras do exercício da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os principais assuntos sujeitos a julgamento e estimativas podem ser assim descritos:

(i) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$203.424. Caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$33.424.

(ii) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício, que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

### (iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e valores estimados de lucros tributáveis futuros, juntamente com futuras estratégias de planejamento fiscal.

Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 15.

### (iv) Perda do valor recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### (v) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 13.



## 05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui Contratos de Concessão e/ou Contratos de Programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 882 localidades do Estado de Minas Gerais. Os Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

As tarifas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reguladas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG). Estas tarifas devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, como explícito na Lei Federal nº. 11.445/07, cabendo, portanto, à ARSAE-MG determiná-las através de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que tem por objetivo o realinhamento de preços das tarifas, em face à inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água e esgoto faturados multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão descritas na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, R\$388.031 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões (R\$321.179 em 31 de dezembro de 2011) por ativos não depreciados no período da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos saldos da Companhia de contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	<b>Controladora/Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Receitas de construção	731.576	701.256
Custos de construção	(716.496)	(687.301)

## 06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Recursos em caixa e bancos	47.202	34.632
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	449.223	206.904
<b>Total</b>	<b>496.425</b>	<b>241.536</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Recursos em caixa e bancos	48.478	35.174
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	449.223	207.197
<b>Total</b>	<b>497.701</b>	<b>242.371</b>

A Companhia mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que no exercício de 2012, foi de 75% a 110,5% (75% a 113% no exercício de 2011). As receitas financeiras no exercício de 2012 totalizaram R\$40.657 (R\$27.077 no exercício de 2011), sendo R\$40.522 (R\$20.559 em 2011) relativo às aplicações financeiras com resgate inferior a 90 dias e R\$135 (R\$5.324 em 2011) às aplicações financeiras com resgate superior a 90 dias, além de R\$18.053 relativo à caução das debêntures (R\$1.194 em 2011).

Nos exercícios de 2012 e de 2011, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	<b>Controladora</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>206.904</b>	<b>35.475</b>
Novas aplicações	3.053.398	1.879.004
Rendimentos	40.522	20.559
Resgates	(2.851.601)	(1.728.134)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>449.223</b>	<b>206.904</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>207.197</b>	<b>36.143</b>
Novas aplicações	3.053.398	1.882.610
Rendimentos	40.529	20.610
Resgates	(2.851.901)	(1.732.166)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>449.223</b>	<b>207.197</b>

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

## 07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	133.864	74.096	138.138	75.530
Vencidos até 30 dias	80.824	66.010	80.824	66.395
Vencidos de 31 até 60 dias	32.385	30.040	32.385	30.266
Vencidos de 61 até 90 dias	18.622	15.753	18.622	15.915
Vencidos de 91 até 180 dias	31.323	25.322	31.323	25.683
Vencidos acima de 180 dias	34.088	55.484	34.088	57.060
Valores faturados	331.106	266.705	335.380	270.849
Valores a faturar	267.264	231.238	268.043	232.537
Contas a receber de clientes	598.370	497.943	603.423	503.386
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(19.517)	(26.146)	(19.910)	(27.660)
	578.853	471.797	583.513	475.726
Contas a receber de longo prazo	220.000	220.060	220.000	220.060
Contas a receber de clientes, líquidas	798.853	691.857	803.513	695.786
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (a)	20.135	-	20.135	-
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (b)	132.961	131.778	132.961	131.778
Créditos com controladas (c)	20.197	76.048	-	-
Aplicação financeira vinculada (d)	33.137	35.973	33.137	35.973
Aplicação financeira vinculada (e)	155.524	292.918	155.524	292.918
Outros	39.907	16.534	40.218	17.241
<b>Total</b>	<b>1.200.714</b>	<b>1.245.108</b>	<b>1.185.488</b>	<b>1.173.696</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>(601.726)</b>	<b>(773.311)</b>	<b>(581.840)</b>	<b>(697.970)</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>598.988</b>	<b>471.797</b>	<b>603.648</b>	<b>475.726</b>

Em 31 de dezembro de 2012, do total das contas a receber de clientes, R\$621.128 estavam adimplentes (R\$525.394 em dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no valor de R\$149.736 (R\$123.484 em dezembro de 2011) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Até três meses	122.057	104.636
De três a seis meses	24.069	18.221
Estado de Minas Gerais	3.610	627
<b>Total</b>	<b>149.736</b>	<b>123.484</b>

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no total de R\$19.517 (R\$26.146 em dezembro de 2011) estavam vencidas e consideradas irrecuperáveis. As contas a receber individualmente irrecuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais é vedada, legalmente, a interrupção dos serviços de fornecimento de água tratada e coleta de esgotamento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
A vencer	874	728
Vencidos até 30 dias	948	905
Vencidos de 31 a 60 dias	1.037	930
Vencidos de 61 a 90 dias	933	975
Vencidos de 91 a 180 dias	2.916	3.053
Vencidos de 181 a 360 dias	5.533	5.219
Vencidos acima de 360 dias	7.276	14.336
<b>Total</b>	<b>19.517</b>	<b>26.146</b>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	<b>2012</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>26.146</b>	<b>27.660</b>
Provisão para perdas de contas a receber	57.420	58.714
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(64.049)	(66.464)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>19.517</b>	<b>19.910</b>

A provisão para perdas do valor recuperável do “contas a receber” foi registrada no resultado do exercício como "despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 19).

- a) Refere-se a aplicações financeiras negociadas com prazo de resgate superior a 90 dias;
- b) As cauções em garantia de empréstimos e debêntures estão detalhadas no item “b” da Nota 12;
- c) Refere-se a contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA MG às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$19.121 referente à Copanor e R\$1.076 referente à Copasa Serviços de Irrigação (R\$17.139 e R\$1.368 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente, além de R\$57.541 referente às Águas Minerais). Em 2012, o saldo de mútuos referente às Águas Minerais foi convertido em AFAC, conforme Nota 08;
- d) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas – ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte, da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, e da estação de tratamento de esgoto Ibirité, no município de Ibirité, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (Nota 11). O contrato referente à ETE Onça foi encerrado com a liberação, em maio e setembro de 2012, das parcelas referentes ao cumprimento da terceira e última etapa, nos valores de R\$4.990 e R\$5.005, respectivamente. Os recursos referentes à estação de tratamento de esgoto Ibirité, no valor de R\$4.612 foram liberados em 17 de janeiro de 2012.
- e) Os recursos provenientes da integralização da 5ª emissão de debêntures (Nota 12 letra “c”) foram depositados em favor da COPASA MG em conta de liquidação mantida pela Caixa Econômica Federal. A liberação de recursos da conta de liquidação para a conta de livre movimentação será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da COPASA MG, e dependerá de prévia comprovação ao Agente Fiduciário do cumprimento das condições de liberação previstas na referida escritura. Os valores disponíveis na conta de liquidação que ainda não foram destinados para o desenvolvimento dos projetos, estão investidos no “fundo de investimento caixa corporativo II referenciado DI longo prazo”, administrados pela Caixa Econômica Federal, cujo rendimento em 2012 foi de R\$18.053 (R\$5.324 em 2011).

## 08. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Em sociedades controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial		
Águas Minerais	23.581	1
Copanor	1	1
Serviços de Irrigação	1	1
<b>Total de equivalência patrimonial</b>	<b>23.583</b>	<b>3</b>
Em sociedades avaliadas pelo método de custo		
Foz de Jeceaba	21.800	21.800
Outros	260	260
<b>Total de método de custo</b>	<b>22.060</b>	<b>22.060</b>
<b>Total de investimentos</b>	<b>45.643</b>	<b>22.063</b>

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Em sociedades avaliadas pelo método de custo		
Foz de Jeceaba	21.800	21.800
Outros	260	260
<b>Total de investimentos</b>	<b>22.060</b>	<b>22.060</b>

As principais informações sobre as controladas são como segue:

Subsidiárias	Patrimônio líquido	AFAC	Capital social	Prejuízo acumulado	Número de ações	Participação Copasa (%)
<b>31/12/2012</b>						
Águas Minerais	23.581	86.634	13.929	(76.982)	13.929	100
Copanor	(15.931)	-	1	(15.932)	1	100
Serviços de Irrigação	(185)	-	1	(186)	1	100
<b>31/12/2011</b>						
Águas Minerais	(31.046)	20.244	13.929	(65.219)	13.929	100
Copanor	(13.665)	-	1	(13.666)	1	100
Serviços de Irrigação	(893)	-	1	(894)	1	100

A movimentação dos investimentos em controladas é a seguinte:

	<b>31/12/2011</b>	<b>AFAC</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>31/12/2012</b>
Águas Minerais	(31.046)	66.389	(11.762)	23.581
Coponor	(13.665)	-	(2.266)	(15.931)
Serviços de Irrigação	(893)	-	708	(185)
<b>Total</b>	<b>(45.604)</b>	<b>66.389</b>	<b>(13.320)</b>	<b>7.465</b>
<b>Investimentos</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.583</b>
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>	<b>(45.607)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.118)</b>

Em 31 de dezembro de 2012, as subsidiárias Coponor e Serviços de Irrigação apresentam patrimônio líquido negativo de R\$16.118 (R\$14.560 em dezembro de 2011), para o qual a Companhia constituiu provisão para perdas, registrada no “passivo não circulante”, na rubrica “obrigações diversas”.

Em 08 de fevereiro de 2012, a Diretoria Executiva da COPASA MG aprovou um novo plano de negócios da Copasa Águas Minerais de Minas elaborado em dezembro de 2011, e a conversão do saldo devedor dos contratos de mútuos, existente em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$57.541, em adiantamento para futuro aumento de capital, registrado no patrimônio líquido, por se tratar de incorporação líquida e certa, a ser efetivada após formalização da aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no 1º trimestre de 2013. As demonstrações contábeis da Copasa Águas Minerais de Minas, base para a equivalência patrimonial e consolidação da Companhia, foram preparadas no pressuposto de sua continuidade, e não incluem ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade dessa subsidiária continuar operando.

A Copasa Águas Minerais de Minas, cujas operações iniciaram-se em setembro de 2008, vem apresentando prejuízos em razão do alto volume de investimentos aplicados em recursos de adequações de projetos fabris e industriais, na modernização dos equipamentos de envasamento, na adequação do “mix” de produtos às demandas do mercado, além de reformas nas quatro fábricas para atendimento às exigências dos órgãos reguladores.

A absorção dos prejuízos começará a ser integralmente efetivada a partir do aumento da capacidade de utilização da vazão outorgada para a exploração das fontes de águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, em 42% e 58,65% a partir dos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

Em 20 de dezembro de 2012, foi assinado Termo de Repactuação de Dívida entre a COPASA MG e a Coponor. Este termo teve origem, na Coponor, no Comunicado de Resolução do Conselho nº. 029/12 e no Comunicado de Resolução da Diretoria nº. 099/12, ambos de 10 de dezembro de 2012, e na COPASA MG no Comunicado de Resolução da Diretoria nº. 1011/12, de 18 de dezembro de 2012.

Assim, os contratos de mútuo com a subsidiária Copanor passaram a ter as seguintes condições:

- a) Redução da taxa de juros de 101% para 90% do CDI;
- b) Prazo de amortização de 324 (trezentos e vinte e quatro) meses conforme descrito abaixo:
  - (i) O período de carência será de 12 (doze) meses e os juros remuneratórios serão pagos em parcela única, ao final deste prazo.
  - (ii) O período de amortização será de 312 (trezentos e doze) meses, com pagamentos de 52 parcelas semestrais, a primeira vencendo em 20 de junho de 2014 e a última em 20 de dezembro de 2039.
- c) Foi constituída conta reserva de titularidade da Copanor, sob o nº 6.210-3, na agência 3308 do Banco do Brasil S/A, não movimentável pela subsidiária, de forma a garantir o pagamento do serviço da dívida.

Os empréstimos de mútuo entre a COPASA MG e a subsidiária Copanor foram efetuados considerando assunções de novas concessões de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela referida subsidiária, que a permitiriam gerar recursos suficientes à amortização de tais débitos. A não concretização de parte das transferências de novas concessões, associada a problemas no equacionamento do cronograma físico-financeiro de obras, comprometeram o início de operação de algumas concessões e, por consequência, a geração de caixa da Copanor, levando à formalização do referido termo de repactuação de dívida. A redução na taxa de juros foi fundamentada nas remunerações sobre os montantes individuais, referentes aos contratos de mútuos, que a COPASA MG obteria junto ao mercado financeiro. A carência aplicada para o início da amortização da dívida está de acordo com o que é praticado pelos agentes financeiros para a COPASA MG.

Em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº. 46.080 de 12 de novembro de 2012, a Diretoria Executiva da COPASA Serviços de Irrigação – CSI considerou cumpridas as atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei Estadual nº. 16.698 de 17 de abril de 2007. Desta forma estão em curso as ações necessárias à transferência da gestão do Projeto Jaíba II para o Distrito de Irrigação do Jaíba - DIJ, as quais deverão estar concluídas até 02 de março de 2013, quando vencerá o contrato de prestação de serviços nº. 460/12 firmado com a RURALMINAS em 03 de setembro de 2012.



## 09. Intangível

Custo	Controladora						Total
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Sistemas de uso comum	Outros	Em formação	
	(a)						
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>4.392.128</b>	<b>2.890.364</b>	<b>288.810</b>	<b>-</b>	<b>(178.237)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>9.320.537</b>
Adições	64.810	35.300	17.008	741	(1.578)	662.903	<b>779.184</b>
Baixas	(48.174)	(54.138)	(2)	(463)	69.898	(5.506)	<b>(38.385)</b>
Transferências (b)	(318.588)	306.423	3.500	599.430	181.224	(812.740)	<b>(40.751)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>4.090.176</b>	<b>3.177.949</b>	<b>309.316</b>	<b>599.708</b>	<b>71.307</b>	<b>1.772.129</b>	<b>10.020.585</b>
<b>Amortização</b>							
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(2.480.380)</b>	<b>(769.739)</b>	<b>(88.316)</b>	<b>-</b>	<b>33.703</b>	<b>-</b>	<b>(3.304.732)</b>
Adições	(172.081)	(149.472)	(16.061)	(13.021)	10.179	-	<b>(340.456)</b>
Baixas	5.829	5.209	-	88	16.874	-	<b>28.000</b>
Transferências (b)	449.214	48.733	(236)	(429.769)	(71.114)	-	<b>(3.172)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>(2.197.418)</b>	<b>(865.269)</b>	<b>(104.613)</b>	<b>(442.702)</b>	<b>(10.358)</b>	<b>-</b>	<b>(3.620.360)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2012</b>	<b>1.892.758</b>	<b>2.312.680</b>	<b>204.703</b>	<b>157.006</b>	<b>60.949</b>	<b>1.772.129</b>	<b>6.400.225</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>1.911.748</b>	<b>2.120.625</b>	<b>200.494</b>	<b>-</b>	<b>(144.534)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>6.015.805</b>

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$320.908 (R\$265.655 em 2011) como custo dos serviços prestados, de R\$3.666 (R\$4.021 em 2011) como despesas comerciais e de R\$19.054 (R\$11.944 em 2011) como despesas administrativas.

(a) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passam a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”, a partir do exercício de 2012.

(b) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

Custo	Consolidado						Total
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Sistemas de uso comum	Outros	Em formação	
	(a)						
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>4.746.979</b>	<b>2.924.834</b>	<b>293.703</b>	<b>-</b>	<b>(179.633)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>9.713.355</b>
Adições	66.488	41.687	14.341	4.414	(7.555)	662.903	<b>782.278</b>
Baixas	(50.982)	(54.141)	(2)	(1.356)	69.850	(5.506)	<b>(42.137)</b>
Transferências (b)	(271.709)	235.418	3.499	619.009	184.836	(812.740)	<b>(41.687)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>4.490.776</b>	<b>3.147.798</b>	<b>311.541</b>	<b>622.067</b>	<b>67.498</b>	<b>1.772.129</b>	<b>10.411.809</b>
<b>Amortização</b>							
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(2.778.662)</b>	<b>(818.880)</b>	<b>(90.181)</b>	<b>-</b>	<b>34.829</b>	<b>-</b>	<b>(3.652.894)</b>
Adições	(181.411)	(148.890)	(15.433)	(13.127)	12.425	-	<b>(346.436)</b>
Baixas	5.711	5.212	-	90	17.485	-	<b>28.498</b>
Transferências (b)	472.074	48.789	(237)	(452.022)	(71.833)	-	<b>(3.229)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>(2.482.288)</b>	<b>(913.769)</b>	<b>(105.851)</b>	<b>(465.059)</b>	<b>(7.094)</b>	<b>-</b>	<b>(3.974.061)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2012</b>	<b>2.008.488</b>	<b>2.234.029</b>	<b>205.690</b>	<b>157.008</b>	<b>60.404</b>	<b>1.772.129</b>	<b>6.437.748</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>1.968.317</b>	<b>2.105.954</b>	<b>203.522</b>	<b>-</b>	<b>(144.804)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>6.060.461</b>

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$326.737 (R\$273.242 em 2011) como custo dos serviços prestados, de R\$3.729 (R\$4.122 em 2011) como despesas comerciais e de R\$19.199 (R\$11.968 em 2011) como despesas administrativas.

(a) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passam a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”, a partir do exercício de 2012.

(b) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

No exercício a Companhia capitalizou, na conta “obras em andamento”, juros e encargos de R\$58.536 (R\$72.041 no exercício de 2011).

## 10. Imobilizado

<b>Custo</b>	<b>Terrenos e construções</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>110.279</b>	<b>234.375</b>	<b>102.950</b>	<b>142</b>	<b>447.746</b>
Adições	459	1.052	503	10	2.024
Baixas	(286)	(1.110)	(255)	-	(1.651)
Transferências (a)	13.657	20.242	6.828	24	40.751
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>124.109</b>	<b>254.559</b>	<b>110.026</b>	<b>176</b>	<b>488.870</b>
<b>Depreciação</b>					
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(60.563)</b>	<b>(129.462)</b>	<b>(96.056)</b>	<b>(113)</b>	<b>(286.194)</b>
Adições	(3.041)	(25.566)	(3.248)	(7)	(31.862)
Baixas	103	991	253	-	1.347
Transferências (a)	(503)	3.920	(218)	(27)	3.172
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>(64.004)</b>	<b>(150.117)</b>	<b>(99.269)</b>	<b>(147)</b>	<b>(313.537)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2012</b>	<b>60.105</b>	<b>104.442</b>	<b>10.757</b>	<b>29</b>	<b>175.333</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>49.716</b>	<b>104.913</b>	<b>6.894</b>	<b>29</b>	<b>161.552</b>

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$26.793 (R\$21.580 em 2011) como custo dos serviços prestados, de R\$306 (R\$327 em 2011) como despesas comerciais e de R\$1.591 (R\$970 em 2011) como despesas administrativas.

(a) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

<b>Consolidado</b>						
<b>Custo</b>	<b>Terrenos e construções</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>121.372</b>	<b>260.944</b>	<b>106.172</b>	<b>912</b>	<b>1.722</b>	<b>491.122</b>
Adições	708	603	536	82	743	2.672
Baixas	(301)	(1.317)	(933)	(86)	(174)	(2.811)
Transferências (a)	13.638	21.768	6.862	(581)	-	41.687
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>135.417</b>	<b>281.998</b>	<b>112.637</b>	<b>327</b>	<b>2.291</b>	<b>532.670</b>
<b>Depreciação</b>						
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(68.166)</b>	<b>(138.436)</b>	<b>(98.327)</b>	<b>(494)</b>	<b>-</b>	<b>(305.423)</b>
Adições	(3.475)	(26.243)	(3.575)	(201)	-	(33.494)
Baixas	103	1.083	364	91	-	1.641
Transferências (a)	(537)	3.645	(217)	338	-	3.229
<b>Saldo contábil em 31/12/2012</b>	<b>(72.075)</b>	<b>(159.951)</b>	<b>(101.755)</b>	<b>(266)</b>	<b>-</b>	<b>(334.047)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2012</b>	<b>63.342</b>	<b>122.047</b>	<b>10.882</b>	<b>61</b>	<b>2.291</b>	<b>198.623</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>53.206</b>	<b>122.508</b>	<b>7.845</b>	<b>418</b>	<b>1.722</b>	<b>185.699</b>

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$28.281 (R\$24.897 em 2011) como custo dos serviços prestados, de R\$322 (R\$376 em 2011) como despesas comerciais e de R\$1.662 (R\$1.091 em 2011) como despesas administrativas.

(a) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

## 11. Fornecedores e Outras Obrigações

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Contas a pagar aos fornecedores	157.397	108.068
Impostos, taxas e contribuições	47.293	49.801
Parcelamento de impostos (a)	255.676	261.299
Provisão para férias	84.653	76.587
Energia elétrica (b)	6.618	24.670
Depósito para obras (c)	34.590	27.875
Provisão para perdas com investimentos (Nota 08)	16.118	45.607
Obrigações diversas	13.652	67.491
<b>Total</b>	<b>615.997</b>	<b>661.398</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(270.708)</b>	<b>(304.475)</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>345.289</b>	<b>356.923</b>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Contas a pagar aos fornecedores	172.440	111.494
Impostos, taxas e contribuições	47.774	50.122
Parcelamento de impostos (a)	255.676	261.299
Provisão para férias	85.172	76.949
Energia elétrica (b)	6.932	24.670
Depósito para obras (c)	34.593	27.878
Obrigações diversas	13.868	67.675
<b>Total</b>	<b>616.455</b>	<b>620.087</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(254.593)</b>	<b>(258.871)</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>361.862</b>	<b>361.216</b>

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

a) Parcelamento de impostos

	<b>Controladora/Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Parcelamento de impostos (*)	-	10.533
Parcelamento de ISS (**) (Nota 25)	255.676	250.766
<b>Total</b>	<b>255.676</b>	<b>261.299</b>
 <b>Parcela circulante</b>	 <b>(35.676)</b>	 <b>(41.239)</b>
<b>Parcela não circulante</b>	<b>220.000</b>	<b>220.060</b>

(\*) Em 27 de novembro de 2009, em conformidade com a Medida Provisória nº. 470, de 2009, a Companhia efetivou o pedido de parcelamento de débito relativo ao crédito-prêmio do IPI utilizado anteriormente na compensação de tributos federais no valor de R\$54.492, em doze parcelas. Em setembro de 2010, a Companhia efetivou novo pedido de parcelamento, no valor de R\$28.086, em vinte e quatro parcelas, em complemento ao pedido anterior, com vencimento em setembro de 2012.

(\*\*) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA MG serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2012, restam 86 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.

b) Energia elétrica

Refere-se a parcelamento de dívida, encerrado em setembro de 2012, oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2012 o circulante registra apenas o valor das faturas mensais, no valor de R\$6.618 (R\$5.442 em 2011).

c) Depósito para obras

Em dezembro de 2003, a Companhia recebeu repasse de recursos provenientes do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, no valor de R\$12.636, realizados pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte. Em 2012 o cronograma estabelecido foi totalmente cumprido, os relatórios trimestrais enviados à ANA e os recursos liberados. Em 31 de dezembro de 2012 não existe nenhum valor aplicado relativo a este repasse (R\$9.551 em 2011) - Nota 07.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu em conta vinculada o valor de R\$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A Companhia iniciou o processo de certificação do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES em 1º de julho de 2009 e, em 15 de outubro de 2009 encaminhou relatório para a aprovação da ANA, que fez questionamentos e considerações técnicas, agendando reunião para 29 de janeiro de 2010 para esclarecimentos e continuidade do cronograma previsto. Em 2011 e 2012, continuaram as tratativas acerca de ajustes técnicos do relatório que, atualmente, encontra-se em análise, em sua versão final, pela ANA. Recebida a aprovação para a primeira medição, a Companhia terá disponibilizado o equivalente a 1/12 avos dos recursos existentes em conta vinculada. Dessa forma, a cada três meses a Companhia deverá emitir relatório de cumprimento de metas e enviá-lo para aprovação da ANA, até completar as doze medições previstas em contrato. Ressalte-se, entretanto, a possibilidade de renegociar com a agência datas de realização de novas medições, devido a não conclusão de empreendimentos que influirão no cumprimento de metas. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2012, relativo a este repasse, é de R\$28.224 (R\$26.422 em 2011) - Nota 07.

Em 17 de janeiro de 2012, a Companhia recebeu em conta vinculada o valor de R\$4.612 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário de Ibirité. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2011, assinado em 21 de dezembro de 2011, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2012, relativo a este repasse, é de R\$4.913 (em 2011 não havia esta aplicação) - Nota 07.

Em 15 de dezembro de 2012, a Companhia assinou contrato no valor de R\$8.114 visando o repasse de recursos pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário de Patos de Minas. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2012, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018.

## 12. Empréstimos e Debêntures

	<b>Controladora/Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Circulante		
Governo Estadual/BDMG	4.929	4.717
Caixa Econômica Federal	122.336	114.916
Tesouro Nacional	38.801	36.875
BNDES – BNE	59.255	54.074
Notas Promissórias – Citibank	-	155.924
União Federal – bônus	3.656	4.719
KfW	4	-
<b>Empréstimos bancários e financiamentos</b>	<b>228.981</b>	<b>371.225</b>
Debêntures simples	134.017	102.715
Debêntures conversíveis	7	69.742
<b>Debêntures</b>	<b>134.024</b>	<b>172.457</b>
<b>Total circulante</b>	<b>363.005</b>	<b>543.682</b>
Não circulante		
Governo Estadual/BDMG	3.726	7.756
Caixa Econômica Federal	554.152	613.804
Tesouro Nacional	3.311	41.806
BNDES – BNE	532.976	533.973
União Federal – bônus	52.506	51.031
KfW	6.221	-
<b>Empréstimos bancários e financiamentos</b>	<b>1.152.892</b>	<b>1.248.370</b>
Debêntures simples	1.543.481	952.614
Debêntures conversíveis	-	65.293
<b>Debêntures</b>	<b>1.543.481</b>	<b>1.017.907</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>2.696.373</b>	<b>2.266.277</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>3.059.378</b>	<b>2.809.959</b>



Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Empréstimos bancários e financiamentos	1.381.873	1.454.429	1.619.595	1.719.016
Debêntures simples	1.677.498	1.650.652	1.055.329	1.012.141
Debêntures conversíveis	7	7	135.035	134.532
<b>Total</b>	<b>3.059.378</b>	<b>3.105.088</b>	<b>2.809.959</b>	<b>2.865.689</b>

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Governo				
Estadual/BDMG	9,03%	27	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
CEF/FGTS	9,59%	142	7,33%	Cotação da taxa da CEF em dez/12
Tesouro Nacional	5,38%	13	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
BNDES/BNE	7,08%	109	6,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/12
União Federal	4,58%	136	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
Debêntures simples	7,96%	101	8,43%	Cotação taxa do BNDES/BND em dez/12
Debêntures conversíveis	7,80%	6	7,30%	Cotação taxa do BNDES/BNA em dez/12
KfW	2,07%	131	2,07%	Cotação taxa do KfW em dez/12

#### a) Empréstimos bancários e financiamentos

Em 16 de julho de 2012, a Companhia amortizou o contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de Notas Promissórias Comerciais, em regime de garantia firme, da 1ª emissão da COPASA MG, assinado em 18 de julho de 2011, com o Citibank, no montante de R\$148.000, dividido em 37 Notas Promissórias, em série única de R\$4.000 cada uma, com prazo de vencimento de 360 dias, e que fizeram jus ao pagamento de juros remuneratórios, na data do vencimento, incidentes sobre seu valor nominal unitário, correspondentes à variação acumulada de 105,2% da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”.

Os recursos captados por esta modalidade foram utilizados pela emissora no complemento de seu Programa de Investimentos e como capital de giro.

Em 29 de novembro de 2011, a Companhia e a Agência Oficial Alemã Kreditanstalt Für Wiederaufbau – KfW assinaram contrato de empréstimo no valor de EUR 100.000.000,00 (cem milhões de euros). A remuneração será composta por juros à taxa fixa de 2,07% a.a., taxa de compromisso não reembolsável de 0,25% a.a. calculada sobre os valores não desembolsados e taxa administrativa, em parcela única, de 0,5% sobre o total do empréstimo.

Este empréstimo tem carência de principal de 36 (trinta e seis meses). A amortização se dará em 08 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas no valor de EUR5.555.000,00 (cinco milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil euros), com vencimento entre 20 de dezembro de 2014 e 20 de setembro de 2018, e 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e consecutivas no valor de EUR5.556.000,00 (cinco milhões quinhentos e cinquenta e seis mil euros), com vencimento entre 20 de dezembro de 2018 e 20 de setembro de 2023, data do vencimento final deste empréstimo.

Os recursos deste empréstimo serão utilizados no Programa de Despoluição da Bacia do Paraopeba, que inclui a ampliação e construção de sistemas de esgoto e usinas de tratamento de esgotos, tratamento e eliminação de lodo, mobilização, sensibilização e educação sanitária da população, proteção de mananciais e serviços de consultoria.

Os empréstimos e financiamentos bancários têm vencimento até 2035 e cupons médios de 8,04% ao ano (8,84% ao ano em 31 de dezembro de 2011). Além disso, as linhas de financiamento apresentam seus respectivos saldos devedores atrelados a índices específicos, conforme descrito abaixo:

<b>Linhas de financiamento</b>	<b>Índices</b>
Governo Estadual/BDMG	IGP-M
Caixa Econômica Federal	TR
Tesouro Nacional	TR
BNDES – BNE	Excedente a 6% da TJLP
União Federal – bônus	Dólar
KfW	Euro
Debêntures	Vide letra “c” dessa Nota 12

As parcelas de longo prazo vencem como segue:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
2013	-	212.188
2014	188.477	175.683
2015	153.067	141.171
2016	117.590	106.814
2017	81.494	72.858
2018	82.500	73.766
2019 até 2035	529.764	465.890
<b>Total</b>	<b>1.152.892</b>	<b>1.248.370</b>

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$62.387 (R\$55.750 em 2011), sendo R\$56.162 em dólares e R\$6.225 em euros (em 2011 somente dólares).

## b) Garantias dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos financiamentos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

### Contratos em moeda estrangeira

#### União Federal - bônus:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Para o Discount Bond e o Par Bond existe garantia acessória na qual a Companhia mantém conta reserva no Banco do Brasil no montante de R\$40.527, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$35.192 em 2011), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

#### Kreditanstalt Fur Wiederaufbau – KfW:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento, pelo contrato de garantia em separado, celebrado entre a KfW e a República Federativa do Brasil, e pelo crédito de pagamento garantido pela República Federal da Alemanha. Como garantia acessória a Companhia manterá conta reserva na Caixa Econômica Federal, cujo saldo mínimo corresponda 1 (uma) vez o serviço da dívida vincendo. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$349 (em 31 de dezembro de 2011 não havia esta caução).

### Contratos em moeda nacional

#### Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

- Visando aperfeiçoar e ampliar os sistemas operados, a Companhia havia obtido recursos, entre 1995 e 2001, junto a diversos órgãos financiadores, e, em 29 de outubro de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Em 04 de julho de 2006 foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:
  - Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA MG aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPCA divulgado pela FIPE;

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R\$25.448 (R\$25.862 em 31 de dezembro de 2011).
- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados a otimização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$24.171 (R\$26.527 em 31 de dezembro de 2011).
- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro dos programas CAIXA PAC – 2009 e 2010 destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$1.186 (R\$555 em 31 de dezembro de 2011).

#### Outros financiamentos:

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$10.107 (R\$9.918 em 2011).
- Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

c) Debêntures simples e conversíveis

Subscrições/séries	Data da subscrição	Controladora/Consolidado			
		31/12/2012		31/12/2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 1ª. Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.775	4.511	7.815	12.245
3ª e 4ª	09/11/2004	7.775	4.511	7.815	12.245
5ª e 6ª	29/07/2004	7.775	4.511	7.815	12.245
7ª	19/12/2005	3.887	2.256	3.907	6.122
8ª e 9ª	24/04/2006	7.775	4.511	7.815	12.244
10ª	19/12/2006	3.887	2.256	3.907	6.122
11ª e 12ª	23/03/2007	7.775	4.511	7.815	12.244
Total 1ª emissão		46.649	27.067	46.889	73.467
Subscrição 3ª. Emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.174	95.096	16.299	110.945
7ª	25/09/2008	2.696	15.849	2.717	18.491
8ª	06/12/2008	8.087	47.548	8.149	55.472
9ª a 11ª	30/03/2009	8.087	47.548	8.149	55.472
12ª a 14ª	27/11/2009	2.696	15.849	2.717	18.491
15ª a 17ª	26/05/2010	8.087	47.548	8.150	55.473
18ª	02/07/2010	2.695	15.849	2.717	18.491
Total 3ª emissão		48.522	285.287	48.898	332.835
Subscrição 4ª. Emissão					
1ª	27/12/2010	8.292	255.318	3.395	222.210
2ª	24/11/2011	13.549	211.923	1.198	36.102
3ª	27/12/2012	4.273	67.038	-	-
Total 4ª emissão		26.114	534.279	4.593	258.312
Subscrição 5ª. Emissão					
Única	27/10/2011	-	288.000	2.335	288.000
Total 5ª emissão		-	288.000	2.335	288.000
Subscrição 6ª. Emissão					
1ª	23/02/2012	1.840	200.000	-	-
2ª	23/02/2012	10.892	208.848	-	-
Total 6ª emissão		12.732	408.848	-	-
Total não conversíveis		134.017	1.543.481	102.715	952.614
Debêntures conversíveis					
Subscrição 2ª. Emissão					
Única	28/08/2007	-	-	43.313	39.050
Única	06/09/2007	-	-	25.180	25.002
Única	03/12/2007	7	-	1.249	1.241
Total conversíveis		7	-	69.742	65.293
Total de debêntures		134.024	1.543.481	172.457	1.017.907

## Debêntures não conversíveis

### Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma. O preço de subscrição de cada série foi equivalente ao valor nominal acrescido dos juros abaixo mencionados, calculados *pró-rata temporis*, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição, e os termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2004
Prazo	10 anos
Carência do principal	36 meses
Amortização	84 meses
Vencimento final	15 de julho de 2014
Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2012, o montante caucionado é de R\$13.154 (R\$14.205 em 2011).

Os recursos dessa emissão foram destinados ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão da COPASA MG.

### Subscrição 3ª emissão:

Em dezembro de 2007, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, constituídas por 450 (quatrocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Prazo	12 anos
Carência do principal	30 meses
Amortização	114 meses
Vencimento final	15 de dezembro de 2019
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2012, o montante caucionado é de R\$18.019 (R\$19.519 em 2011).

#### Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, cuja emissão está sendo realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A – BNDESPAR. A primeira e a segunda séries serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 9,046555% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão fiduciária

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o “Banco Depositário”, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na “Conta Vinculada” destinada a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

#### Subscrição 5ª emissão:

Em agosto de 2011, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela Planner Truste DTVM Ltda., constituídas por 288.000 (duzentas e oitenta e oito mil) debêntures de R\$1, cuja emissão foi realizada em série única no valor total de R\$288.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

A liberação dos recursos da “conta de liquidação” para a “conta de livre movimentação” será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da emissora e dependerá de prévia comprovação junto ao agente fiduciário das condições constantes no contrato:

Data de emissão	20 de setembro de 2011
Prazo	240 meses
Carência do principal	42 meses
Amortização	198 meses
Vencimento final	30 de setembro de 2031
Remuneração	TR + 9% a.a.
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis

Essa 5ª emissão está garantida por parcela da receita tarifária da Companhia equivalente ao valor mensal não inferior a 4,5% sobre o saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de cada ano, pelas contas cedidas e pela totalidade das quotas dos investimentos permitidos detida pela Companhia.

Os recursos dessa emissão destinam-se ao desenvolvimento dos projetos de saneamento básico da Companhia.

#### Subscrição 6ª emissão:

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 400 (quatrocentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em duas séries de R\$200.000 cada uma, totalizando R\$400.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de fevereiro de 2012
Prazo	60 meses para a 1ª série e 84 meses para a 2ª série
Carência do principal	24 meses
Amortização	07 parcelas semestrais, iguais e consecutivas para a 1ª série, e 06 parcelas anuais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de fevereiro de 2017 para a 1ª série e 15 de fevereiro de 2019 para a 2ª série
Remuneração	100% da taxa DI over extragrupo capitalizada de um spread de 0,94% a.a. para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios correspondentes a 100% da remuneração das Notas do Tesouro Nacional-série B, para a 2ª série
Garantia	Quirografária

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, em parceria com os municípios com os quais a Companhia tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no alongamento do perfil da dívida.



## Debêntures conversíveis

### Subscrição 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	1º de junho de 2012 e 1º de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (Nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA MG que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA MG. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA MG (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão é de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture pode ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderá ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizado conforme os termos da escritura. Até 31 de dezembro de 2012 já foram efetuadas as seguintes conversões:

Data	Quantidade	
	Debêntures convertidas	Ações ordinárias
04/08/2008	188	752
06/03/2009	5.396	21.584
12/03/2009	973	3.892
01/04/2009	20.595	82.380
18/06/2009	2.039	8.156
02/07/2009	4.208	16.832
21/07/2009	240	960
29/11/2011	314	1.256
31/05/2012	1.095.907	4.383.628
28/09/2012	9	18
30/10/2012	12	24
<b>Total</b>	<b>1.129.881</b>	<b>4.519.482</b>

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Componente do passivo no início do período	135.035	134.242
Despesa financeira	8.848	11.683
Juros pagos	(6.389)	(10.890)
Conversão da dívida	(137.487)	-
<b>Componente do passivo ao final do período</b>	<b>7</b>	<b>135.035</b>

O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível, cujo saldo remanescente é representado por 119 (cento e dezenove) debêntures, totaliza R\$7 em 31 de dezembro de 2012. O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa do instrumento semelhante sem a opção conversão de 2,8% a.a. além da TJLP.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

d) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(a) *Covenants de contratos sindicalizados:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Igual ou maior que 350

(b) *Covenants de contratos com a CEF* - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 “Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos”, acima descrito.

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Maior que 365

(c) *Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNE:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

(d) *Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	Igual ou menor que 70%

(e) *Covenants do contrato com o KfW*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Passivo total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/amortização da dívida	Igual ou maior que 1,5

(f) *Covenants de contratos com a CEF/BB/HSBC, 5ª e 6ª emissões de debêntures:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/Patrimônio Líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/Serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Exigível Total/Patrimônio Líquido	Igual ou menor que 1,0
Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

### 13. Provisões Tributárias e para Demandas Judiciais

As provisões são registradas pela Companhia com base na expectativa da Administração com relação ao provável desembolso de caixa. As provisões são registradas como passivo circulante ou não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer.

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Crédito presumido PIS/COFINS	-	28.163
Crédito prêmio IPI	16.456	16.456
Provisões tributárias	16.456	44.619
Provisão para demandas judiciais	63.932	43.956
<b>Total</b>	<b>80.388</b>	<b>88.575</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Crédito presumido PIS/COFINS	-	28.163
Crédito prêmio IPI	16.456	16.456
Provisões tributárias	16.456	44.619
Provisão para demandas judiciais	64.318	46.447
<b>Total</b>	<b>80.774</b>	<b>91.066</b>

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis, trabalhistas, tributárias e para as obrigações legais consideradas como perdas prováveis.

A movimentação das provisões pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>				
	<b>Provisões</b>				
	<b>Para demandas judiciais</b>			<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Depósitos judiciais / vinculados</b>	
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>29.473</b>	<b>14.616</b>	<b>2.081</b>	<b>(2.214)</b>	<b>44.619</b>
Adições	24.330	19.373	128	(239)	421
Reversões	(14.478)	(4.581)	-	199	(28.584)
Utilizações	(2.630)	(2.126)	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>36.695</b>	<b>27.282</b>	<b>2.209</b>	<b>(2.254)</b>	<b>16.456</b>

	Consolidado					Total
	Provisões					
	Para demandas judiciais			Tributárias		
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Depósitos judiciais / vinculados	PIS/ COFINS e IPI	
31 de dezembro de 2011	29.473	17.619	2.081	(2.726)	44.619	91.066
Adições	24.330	21.284	128	(1.326)	421	44.837
Reversões	(14.478)	(7.588)	-	199	(28.584)	(50.451)
Utilizações	(2.630)	(2.126)	-	78	-	(4.678)
31 de dezembro de 2012	36.695	29.189	2.209	(3.775)	16.456	80.774

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

Os valores representam uma provisão para certas ações judiciais movidas contra a Companhia, sendo os encargos da provisão reconhecidos no resultado em "outras despesas operacionais". Na opinião dos assessores legais, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais provavelmente não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

#### a) Provisões

##### Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário aplicado no Município de Belo Horizonte em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. A perita apresentou os valores, mas o processo se encontra com vista para o Ministério Público. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2012, em R\$341(R\$324 em 31 de dezembro de 2011).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental vem ajuizando ações civis públicas contra a COPASA MG, questionando o descumprimento da obrigação constante do artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água a investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decurso desses processos no Poder Judiciário surgiram decisões de 1ª e 2ª instâncias favoráveis à autora, de modo que a maioria dos processos passou a ser classificado como perda provável. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de dezembro de 2012 o valor provisionado referente a 48 ações é de R\$6.120 (R\$5.777 em 31 de dezembro de 2011).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslizamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslizamento esse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. Em setembro de 2011, na fase de especificação de provas, a Companhia requereu a prova pericial e a oitiva de testemunhas, e em dezembro de 2011 o Juiz determinou a citação da AGF Brasil S/A para apresentar resposta à denúncia à lide. Em julho de 2012 o Juiz deu vista à autora e o processo encontra-se concluso para despacho, com valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 de R\$2.590 (R\$2.454 em 31 de dezembro de 2011).

Em 18 de outubro de 2011, Vivina Alves de Oliveira Sales e outros ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais, perante a Vara de Feitos da Fazenda da Comarca de Varginha – MG, em virtude dos prejuízos ocasionados em seu imóvel, supostamente relacionados com vazamento de água, ocorrido na rede pública de abastecimento, no município de Varginha. A partir de setembro de 2012, o processo entrou na fase de exame de laudos periciais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.463 (R\$1.386 em 31 de dezembro de 2011).

#### Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 55,42% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.054 (R\$2.594 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autuou a Companhia, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Os advogados estimam as chances de perda destes processos como provável e, portanto, foi provisionado em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$4.731 (R\$4.408 em 31 de dezembro de 2011).

Ação trabalhista, conexa a ação civil pública, em curso na 24ª vara do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho alegam ato discriminatório em decorrência da política de desligamento e do programa motivacional adotado pela Companhia. Nesse processo a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, decisão reformada em 2ª instância, estando atualmente pendente de decisão judicial pelo Tribunal Superior do Trabalho. Ainda assim estimamos a perda dessa ação como provável, provisionando em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$1.456 (R\$1.342 em 31 de dezembro de 2011).

Ação civil pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho, questionando a contratação de empregado por prazo determinado, praticada pela Companhia, a qual ainda está na fase de instrução processual, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, mas, ainda assim, foi classificada como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$520 (em 31 de dezembro de 2011 não havia valor provisionado).

Reclamação trabalhista apresentada pelo SINDÁGUA, reivindicando o pagamento de diferença da participação nos lucros da empresa aos empregados referente ao exercício de 2010. Essa ação, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, já teve julgamento em 1ª e 2ª instâncias, sendo declarado procedente o pedido, estando, atualmente, pendente de decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho, em face de recurso de revista apresentado pela COPASA MG, com interposição de agravo de instrumento. O processo está classificado como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2012, com o valor de R\$10.508 (R\$53 em 31 de dezembro de 2011).

#### Provisões tributárias

A Companhia é parte em processo tributário que se refere a créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Em função da conclusão do estudo efetuado por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir provisão considerando a melhor estimativa de desembolsos futuros para liquidação deste passivo até que fosse definida a base legal de tais créditos. No entanto, devido à prescrição do débito, em março e dezembro de 2012 houve baixa de R\$17.712 e R\$10.872, relativa ao exercício de 2006 e de 2007, respectivamente (provisão de R\$28.163 em 2011).

Em 2010, a Companhia procedeu à exclusão das parcelas pagas do crédito-prêmio de IPI referenciado na Nota 11 da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Dessa forma foi constituída provisão de R\$16.456, referente ao efeito tributário dessa exclusão, até que seja pacificada a base legal de apropriação desse crédito.

b) Passivos contingentes

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Cível (*)	477.222	402.021
Tributária (**)	37.957	55.623
<b>Total</b>	<b>515.179</b>	<b>457.644</b>

- (\*) Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministérios Públicos Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a assuntos diversos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.



## Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoal, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade e Três Corações. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

## Ações ambientais

A Companhia é parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$72.529 em 31 de dezembro de 2012 (R\$68.717 em 31 de dezembro de 2011) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

## Termos de ajustamento de conduta – TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Foi firmado ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

- (\*\*) Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA MG ajuizou, nos dois processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2012 é de R\$34.231 (R\$32.432 em 31 de dezembro de 2011) e foi classificada como contingência possível.

## **14. Participação nos Lucros e Resultados**

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

O Acordo Coletivo 2008/2010, assinado em reunião de 25 de julho de 2008, ratificado pelo Acordo Coletivo 2012, assinado em 18 de outubro de 2012, determina que o montante apurado como Participação nos Lucros e Resultados seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em duas parcelas de 50% cada uma, sendo a 1ª parcela na folha de pagamento do mês de abril e a 2ª parcela na folha de pagamento do mês de outubro.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia provisionou R\$27.613 referente à participação dos empregados no resultado auferido neste exercício (R\$28.317 em 2011).

## 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Imposto de renda e contribuição social do exercício

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2012 e 2011. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	647.034	648.871	639.400	639.936
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Despesa esperada à taxa nominal</b>	<b>(219.992)</b>	<b>(220.616)</b>	<b>(217.396)</b>	<b>(217.578)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(4.830)	(6.001)	-	-
Realização de correção monetária especial	(1.038)	(2.570)	(1.038)	(2.570)
Doações e subvenções	2.451	3.199	2.451	3.199
Outras (adições) /exclusões	1.694	(11.818)	(3.303)	(17.852)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	54.189	52.063	54.189	52.063
Incentivos fiscais	7.420	7.309	7.420	7.309
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(160.106)</b>	<b>(178.434)</b>	<b>(157.677)</b>	<b>(175.429)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(155.999)	(152.114)	(156.252)	(152.160)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.107)	(26.320)	(1.425)	(23.269)
	<b>(160.106)</b>	<b>(178.434)</b>	<b>(157.677)</b>	<b>(175.429)</b>
Alíquota efetiva	24,7%	27,5%	24,7%	27,4%

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Saldos patrimoniais</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
No realizável a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e litígios	85.703	72.316	85.703	72.316
Provisões para obrigações atuariais	32.808	29.743	32.808	29.743
Provisões dos ajustes CPC's	370.934	330.904	370.934	330.904
Provisões para contingências tributárias	146.104	200.138	146.104	200.138
Outras provisões temporárias diversas	7.431	7.645	8.727	8.941
<b>Total</b>	<b>642.980</b>	<b>640.746</b>	<b>644.276</b>	<b>642.042</b>
Imposto de renda diferido	160.745	160.187	161.069	160.511
Contribuição social diferida	57.868	57.667	57.985	57.784
	<b>218.613</b>	<b>217.854</b>	<b>219.054</b>	<b>218.295</b>
No passivo a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Resultado de variações cambiais diferidas (sobre financiamentos)	-	5.072	-	5.072
Provisões dos ajustes CPC's	167.821	148.436	209.339	197.841
<b>Total</b>	<b>167.821</b>	<b>153.508</b>	<b>209.339</b>	<b>202.913</b>
Imposto de renda diferido	41.955	38.377	52.334	50.728
Contribuição social diferida	15.104	13.816	18.841	18.263
	<b>57.059</b>	<b>52.193</b>	<b>71.175</b>	<b>68.991</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquido</b>	<b>161.554</b>	<b>165.661</b>	<b>147.879</b>	<b>149.304</b>

  

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
No resultado do exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro	<b>2012</b>	<b>2012</b>
1. Aumento/(redução) do ativo diferido		
Imposto de renda diferido	558	558
Contribuição social diferida	201	201
	<b>759</b>	<b>759</b>
2. Redução/(aumento) do passivo diferido		
Imposto de renda diferido	3.578	1.606
Contribuição social diferida	1.288	578
	<b>4.866</b>	<b>2.184</b>
<b>Resultado da tributação diferida no exercício (1 - 2)</b>		
<b>(Aumento) /redução da despesa de tributação</b>	<b>(4.107)</b>	<b>(1.425)</b>

Em reuniões realizadas em 28 de fevereiro de 2011 pelo Conselho Fiscal e em 29 de fevereiro de 2011 pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2012, conforme estimativa a seguir:

<b>Expectativa de realização do ativo diferido</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Em 2013	14.085	14.085
Em 2014	13.927	13.927
Em 2015	9.940	9.940
Em 2016	9.940	9.940
Em 2017	9.940	9.940
Após 2017	160.781	161.222
	<b>218.613</b>	<b>219.054</b>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

## 16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores quando recebidos reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica no passivo circulante e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	<b>Controladora</b>		
	<b>A receber (ativo)</b>	<b>Adiantamento (passivo)</b>	<b>Líquido</b>
31 de dezembro de 2012			
Estado	232.475	(262.262)	<b>(29.787)</b>
Outros	10.340	(12.404)	<b>(2.064)</b>
<b>Total</b>	<b>242.815</b>	<b>(274.666)</b>	<b>(31.851)</b>
31 de dezembro de 2011			
Estado	211.111	(206.370)	<b>4.741</b>
Outros	12.446	(12.102)	<b>344</b>
<b>Total</b>	<b>223.557</b>	<b>(218.472)</b>	<b>5.085</b>

	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2012			
Estado	583.913	(621.583)	(37.670)
Outros	10.340	(12.404)	(2.064)
<b>Total</b>	<b>594.253</b>	<b>(633.987)</b>	<b>(39.734)</b>
31 de dezembro de 2011			
Estado	484.400	(478.927)	5.473
Outros	12.446	(12.102)	344
<b>Total</b>	<b>496.846</b>	<b>(491.029)</b>	<b>5.817</b>

## 17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações de longo prazo	142.493	145.235
Obrigações de curto prazo	13.256	12.072
	<b>155.749</b>	<b>157.307</b>
Contribuições normais	11.346	47
<b>Total das obrigações registradas no balanço patrimonial</b>	<b>167.095</b>	<b>157.354</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:		
Plano de Benefícios RP1 – BD	2.687	2.734
Plano Copasa Saldado	11.873	11.860
Novo Plano Copasa – CD	88	2.260

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Passivo líquido saldo inicial	157.354	172.278
Receitas reconhecidas no resultado – passivo atuarial	3.065	(2.429)
Despesas reconhecidas no resultado – contribuição COPASA	33.683	33.655
Provisão de contribuições mensais	43.251	40.265
Atualização monetária	7.269	8.173
Amortização dívida	(11.893)	(10.839)
Amortização contribuições mensais	(65.634)	(83.749)
<b>Passivo líquido final</b>	<b>167.095</b>	<b>157.354</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>24.602</b>	<b>12.119</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>142.493</b>	<b>145.235</b>

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido – BD patrocinado pela Companhia, vem apresentando uma situação de déficit atuarial, que tem sido equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que totalizaram, até novembro de 2008, aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial – DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Após a conclusão do processo de migração, em dezembro de 2011, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos, o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos, e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativo, autopatrocinado e assistido: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

De acordo com o parágrafo 93 da CPC 33, a Entidade adotou a política de incluir a amortização dos ganhos e perdas atuariais como um componente da despesa anual. Se, no início do ano, os ganhos e perdas líquidos excedem 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano, a amortização será a parcela excedente dividida pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano. A amortização mínima é o excesso, se houver, dos ganhos e perdas líquidos acima de 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano divulgados no final do ano fiscal anterior, dividido pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano.

A partir de 1º de janeiro de 2013, de acordo com as normas previstas na IAS 19, os valores de ganhos (perdas) atuariais gerados até 31 de dezembro de 2012 e os gerados a partir de 01 de janeiro de 2013 passam a compor o saldo do Passivo Atuarial Líquido a ser reconhecido, registrados como “Outros Resultados Abrangentes” na conta de “ajuste de avaliação patrimonial”, no “Patrimônio Líquido”. A Companhia identificou a necessidade de reconhecimento complementar de passivo atuarial líquido no valor de R\$202.712, decorrente de ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas até 31 de dezembro de 2012 e que deverão ser reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2013, em face de não aplicação da regra do “corredor” estabelecida pela IAS 19 a partir da referida data.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

a) Plano de Benefícios RP1 – BD

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações financiadas	(47.774)	(36.398)	(29.920)	(1.228.735)	(972.586)
Valor justo dos ativos do plano	4.909	8.518	-	862.794	698.195
<b>Valor presente da obrigação em excesso ao valor dos ativos</b>	<b>(42.865)</b>	<b>(27.880)</b>	<b>(29.920)</b>	<b>(365.941)</b>	<b>(274.391)</b>
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	14.975	(1.096)	(1.342)	(110.047)	(223.764)
<b>(Passivo)/ativo atuarial provisionado</b>	<b>(27.890)</b>	<b>(28.976)</b>	<b>(31.262)</b>	<b>(475.988)</b>	<b>(498.155)</b>

(\*)A redução do passivo atuarial provisionado a partir do exercício de 2011 foi devida à reestruturação do plano de benefício definido ocorrida em outubro de 2010.



A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>36.398</b>	<b>29.920</b>
Custo do serviço corrente	34	(397)
Custo financeiro	3.817	3.112
Contribuições dos participantes do plano	371	446
(Ganhos)/perdas atuariais	11.048	5.828
Benefícios pagos pelo plano	(3.894)	(2.511)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>47.774</b>	<b>36.398</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2012	2011
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>8.518</b>	<b>-</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	(3.861)	5.563
Contribuições do empregador	3.775	5.019
Contribuições dos empregados	371	447
Benefícios pagos	(3.894)	(2.511)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>4.909</b>	<b>8.518</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$4.072.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	34	(397)
Custo financeiro	3.817	3.112
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1.164)	19
	<b>2.687</b>	<b>2.734</b>

As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$2.687 (R\$2.734 em 2011) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi negativo em R\$3.861 (positivo em R\$5.563 em 2011).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

### Plano de pensão com benefício definido

	Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %		Alocação do ativo segundo determinação do Conselho Deliberativo da Fundação Libertas – porcentagem ou faixa de porcentagem
	2012	2011	
Renda fixa	84,16	84,16	Até 100%
Renda variável	6,22	6,22	Até 21%
Carteira de imóveis	6,15	6,15	Até 8%
Outros	3,47	3,47	Até 15%
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa – ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Títulos de dívida: INPC + 5,22% a.a;
- Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: INPC;
- Empréstimos aos participantes: INPC + 8% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 5,2% ao ano):

	Crédito unitário projetado	
	2012	2011
Taxa anual de desconto	9,25% a.a.	10,81% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	-	11,24% a.a.
Aumento anual de salário	7,88% a.a.	7,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de morbidez	GAMA- Experiência Libertas	GAMA- Experiência Libertas
Mortalidade de inválidos	AT-1949 Agravada em 100%	AT-1949 Agravada em 100%
Rotatividade	0,697%	4,5%/(tempo de serviço + 1)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2012.

Retorno anual esperado dos ativos:

INPC médio em 10 anos: 4,86%

<b>Classes de Ativos</b>	<b>Composição atual da carteira</b>	<b>Composição da carteira no longo prazo (*)</b>	<b>Retorno real esperado de longo prazo (*)</b>	<b>Retorno nominal de longo prazo sobre o INPC (*)</b>
Renda fixa	84,16%	78,20%	5,22%	10,33%
Renda variável	6,22%	11,01%	8,15%	13,41%
Imóveis	6,15%	6,85%	0,19%	5,06%
Outros ativos I (*)	3,47%	2,57% / 1,37%	6,37% / 7,82%	11,54% / 13,06%
Carteira	100,00%	100,00%	5,14%	10,25%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.
- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.
- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.
- Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

(\*) Os percentuais do item "outros ativos" nas colunas 3, 4 e 5 são compostos por investimentos estruturados e operações com participantes, respectivamente.

#### b) Plano Copasa Saldado

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Valor presente das obrigações financiadas	(945.651)	(728.963)
Valor justo dos ativos do plano	658.766	580.372
<b>VPO líquido dos ativos do plano</b>	<b>(286.885)</b>	<b>(148.591)</b>
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	168.658	31.593
<b>(Passivo)/ativo atuarial provisionado</b>	<b>(118.227)</b>	<b>(116.998)</b>

**IAS 19 – Benefícios aos Empregados:** A eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013, impactará em um aumento do passivo atuarial líquido no montante de R\$168.658.

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>728.963</b>	<b>639.056</b>
Custo financeiro	76.821	67.010
(Ganhos)/perdas atuariais	168.695	47.420
Benefícios pagos pelo plano	(28.828)	(24.523)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>945.651</b>	<b>728.963</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2012	2011
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>580.372</b>	<b>532.462</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	96.578	59.093
Contribuições do empregador	10.644	13.340
Benefícios pagos	(28.828)	(24.523)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>658.766</b>	<b>580.372</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$11.197.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2012	2011
Custo financeiro	76.821	67.010
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(64.948)	(55.150)
	<b>11.873</b>	<b>11.860</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$11.873 (R\$11.860 em 2011) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi de R\$96.578 (R\$59.093 em 2011). A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi de 16,91% a.a.

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa – ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Títulos de dívida: INPC + 5,22% a.a;
- Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: INPC;
- Empréstimos aos participantes: INPC + 8% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 5,2% ao ano):

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Taxa anual de desconto	9,25% a.a.	10,80% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	-	11,40% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Mortalidade de inválidos	AT–1949 agravada em 100%	AT–1949 agravada em 100%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2012.

Retorno anual esperado dos ativos:

INPC médio em 10 anos: 4,86%

<b>Classes de Ativos</b>	<b>Composição atual da carteira</b>	<b>Composição da carteira no longo prazo (*)</b>	<b>Retorno real esperado de longo prazo (*)</b>	<b>Retorno nominal de longo prazo sobre o IPCA (*)</b>
Renda fixa	79,73%	72,20%	5,22%	10,33%
Renda variável	8,72%	15,11%	8,15%	13,41%
Imóveis	7,37%	7,22%	0,19%	5,06%
Outros ativos I	4,18%	4,35% / 1,12%	6,37% / 7,82%	11,54% / 13,06%
Carteira	100,00%	100,00%	5,20%	10,31%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.
- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.
- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.
- Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

(\*) Os percentuais do item “outros ativos” nas colunas 3, 4 e 5 são compostos por investimentos estruturados e operações com participantes, respectivamente.

c) Novo Plano Copasa – CD

	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos	7.089	4.993
Valor presente das obrigações financiadas	(16.190)	(15.056)
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	(531)	(1.270)
<b>(Passivo)/ativo atuarial provisionado</b>	<b>(9.632)</b>	<b>(11.333)</b>

A movimentação do valor referente da obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>15.056</b>	<b>11.848</b>
Custo do serviço corrente	(909)	989
Custo financeiro	1.445	1.173
Contribuições dos empregados	1.629	1.958
(Ganhos)/perdas atuariais	(613)	(250)
Benefícios pagos pelo plano	(418)	(662)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>16.190</b>	<b>15.056</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.742.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2012	2011
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>4.993</b>	<b>-</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	(729)	584
Contribuições do empregador	1.614	3.113
Contribuições dos empregados	1.629	1.958
Benefícios pagos	(418)	(662)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>7.089</b>	<b>4.993</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	(909)	989
Custo financeiro	1.445	1.173
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(624)	98
	<b>88</b>	<b>2.260</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$88 (R\$2.260 em 2011) foram reconhecidos no resultado em "despesas administrativas".

#### Composição dos Investimentos:

Renda fixa	5.459	77,00%
Renda variável	654	9,23%
Imóveis	495	6,98%
Outros	481	6,79%
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>7.089</b>	<b>100,00%</b>

#### Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa – ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

#### Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Títulos de dívida: CDI;
- Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
- Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi de 11,62% a.a.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 5,2% ao ano):

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Taxa anual de desconto	8,25% a.a.	10,59% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	-	11,45% a.a.
Aumento anual de salário	7,88% a.a.	7,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2012.

Retorno anual esperado dos ativos:

INPC médio em 10 anos: 4,86%

<b>Classes de Ativos</b>	<b>Composição atual da carteira</b>	<b>Composição da carteira no longo prazo (*)</b>	<b>Retorno real esperado de longo prazo (*)</b>	<b>Retorno nominal de longo prazo sobre o INPC (*)</b>
Renda fixa	77,00%	71,64%	4,15%	9,21%
Renda variável	9,23%	14,20%	8,15%	13,41%
Imóveis	6,98%	6,44%	0,19%	5,06%
Outros ativos I	6,79%	4,22% / 3,50%	6,37% / 7,82%	11,54% / 13,06%
Carteira	100,00%	100,00%	4,46%	9,54%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.
- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.
- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.- Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

(\*) Os percentuais do item "outros ativos" nas colunas 3, 4 e 5 são compostos por investimentos estruturados e operações com participantes, respectivamente.

## 18. Patrimônio Líquido e Dividendos

### (a) Capital

O Conselho de Administração da Companhia homologou, em reuniões realizadas nos dias 20 de julho, 19 de outubro e 23 de novembro de 2012, conforme o artigo 7º e 22º alínea "w" do Estatuto Social da Companhia, o aumento de capital no valor de R\$137.487. Assim, o valor do capital social da Companhia se elevou para R\$2.773.986. Nas mesmas reuniões, foi recomendada, para deliberação da Assembleia Geral, a alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, visando contemplar esses aumentos de capital.

Este aumento ocorreu em função da conversão de 1.095.928 debêntures da 2ª Emissão da COPASA MG em 4.383.670 ações ordinárias escriturais, conforme "Solicitações de Conversão de Debêntures", recebidas pela Companhia em 31 de maio, 28 de setembro e 30 de outubro de 2012 (letra "c" da Nota 12).

Dessa forma, a quantidade total de ações ordinárias autorizadas passou a ser de 119.684.430, sendo que todas as ações emitidas estão integralizadas e não possuem valor nominal.



O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 17 de agosto de 2012, autorizou a aquisição e incorporação de ativos pertencentes ao sistema de esgotamento sanitário da Sede do Município de Carneirinho. O pagamento, no valor de R\$614, foi efetivado por meio da negociação privada de 12.963 ações em tesouraria, cuja média das cotações de fechamento diárias dos últimos 31 (trinta e um) pregões, anteriores à data de realização da referida reunião é de R\$47,35.

Assim, a Companhia, que é controlada pelo Estado de Minas Gerais, passou a deter 357 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, cujo valor é de R\$8.576, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acertos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário e convênios de cooperação técnica. A Companhia tem o direito de reemitir essas ações, mantidas como "ações em tesouraria", em uma data posterior.

Os 48,57% remanescentes, que representam o *Free Float* da Companhia, são detidos por diversos acionistas.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Percentual de participação</b>
Estado de Minas Gerais	61.189	51,13
Administradores	2	-
Outros acionistas	58.136	48,57
Ações em tesouraria	357	0,30
<b>Total</b>	<b>119.684</b>	<b>100,00</b>

(b) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$295.993 (R\$284.379 em 2011) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “plano de ação” aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2012, o valor de R\$7.208 (R\$9.409 em 2011) foi registrado no resultado referente ao incentivo pelo cumprimento da 3ª etapa da meta de abatimento de cargas poluidoras da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	486.928	470.437
Reserva legal - (5%)	(24.346)	(23.522)
Reserva de incentivos fiscais	(7.208)	(9.409)
Lucro líquido	455.374	437.506
<b>Dividendo mínimo obrigatório – 25%</b>	<b>113.844</b>	<b>109.377</b>

De acordo com deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 16 de março de 2012, a distribuição de dividendos de 2012, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 35% sobre o lucro orçado, no montante de R\$159.381 (R\$1,34 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$9.678. Em 2011, o valor foi de R\$153.127 (R\$1,33 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$11.224.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$54.190. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de juros sobre o capital próprio a pagar em 2012 e 2011 é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo em 1º de janeiro	26.921	66.859
JCP propostos	159.381	153.127
IR retido na fonte sobre JCP	(7.229)	(15.627)
JCP pagos no exercício	(133.712)	(177.438)
Transferência para impostos a compensar	1.108	-
<b>Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante</b>	<b>46.469</b>	<b>26.921</b>

(e) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta nota).

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	486.928	470.437	481.723	464.507
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	119.327	114.931	119.327	114.931
<b>Lucro básico por ação</b>	<b>4,08</b>	<b>4,09</b>	<b>4,04</b>	<b>4,04</b>

- Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: debênture conversível. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro				
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	486.928	470.437	481.723	464.507
Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)	-	7.711	-	7.711
<b>Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação</b>	<b>486.928</b>	<b>478.148</b>	<b>481.723</b>	<b>472.218</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	119.327	114.931	119.327	114.931
Ajustes de:				
Conversão presumida de dívida conversível – milhares	-	4.353	-	4.353
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares	119.327	119.284	119.327	119.284
<b>Lucro diluído por ação</b>	<b>4,08</b>	<b>4,01</b>	<b>4,04</b>	<b>3,96</b>

(f) Outros resultados abrangentes

Os valores relativos a outros resultados abrangentes não impactaram a “demonstração de resultados abrangentes” da Companhia.

## **19. Objetivos e Políticas de Gestão de Risco Financeiro**

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do fluxo de caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial que retrata o seu plano de ação, tanto do ponto de vista operacional quanto de investimentos. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados – DRE” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um financeiro.

(a) Gestão de risco financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Superintendência Financeira da Companhia monitora os riscos financeiros com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias para mitigar tais riscos.

A premissa da Superintendência Financeira é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado pelas instituições financeiras com as quais relacionamos.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal – Bônus). No entanto, o montante de recursos externos é muito pouco representativo na estrutura de capital da empresa.

No tocante aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado à variação da TJLP, do IPCA e do CDI.

São simulados diversos cenários levando-se em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

#### Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme descrito a seguir:

	<b>Aumento /redução em pontos base</b>	<b>Efeitos no lucro antes da tributação (R\$)</b>
<b><u>31/12/2012</u></b>		
	+ 0,5%	(12.252)
	- 0,5%	12.252
<b><u>31/12/2011</u></b>		
	+ 0,5%	(12.770)
	- 0,5%	12.770

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

## Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais, uma vez que, o endividamento em moeda estrangeira é pouco representativo em relação à dívida total.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em Dólares americanos e em Euros, totalizava R\$62.387 em 31 de dezembro de 2012 (R\$55.750 em 31 de dezembro de 2011), 2,0% de seu endividamento total (2,0% em 31 de dezembro de 2011). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2012, caução de R\$40.527 (R\$35.192 em 31 de dezembro de 2011) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

## Sensibilidade à taxa de câmbio

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados e no seu patrimônio advindos de variação cambial do US\$ e do EUR. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos à variação cambial, conforme descrito na tabela abaixo:

	<b>Variação na taxa US\$</b>	<b>Efeito no lucro antes da tributação (R\$)</b>
<b><u>31/12/2012</u></b>	+ 20%	(12.363)
	- 20%	12.363
	+10%	(6.181)
	-10%	6.181
<b><u>31/12/2011</u></b>	+ 20%	(11.036)
	- 20%	11.036
	+10%	(5.518)
	-10%	5.518

A movimentação do resultado e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em Dólares americanos.

## Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

### ✓ Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

### ✓ Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

Quanto ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, devido à decretação da sua insolvência, foi criado em outubro de 2012 o Comitê de Aplicações Financeiras que delibera, de acordo com a Política de Aplicações Financeiras da Companhia, onde cada instituição é analisada segundo critérios pré-estabelecidos. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente, ou quando ocorre qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	469.309	94.559
AA	26.933	63.469
A	65	26.520
B (BAA, BA e BBB)	118	56.988
<b>Total</b>	<b>496.425</b>	<b>241.536</b>

(\*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	470.585	95.394
AA	26.933	63.469
A	65	26.520
B (BAA, BA e BBB)	118	56.988
<b>Total</b>	<b>497.701</b>	<b>242.371</b>

(\*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

### Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes para cobrir as exigências de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, isso é realizado em nível de cada unidade operacional da Companhia, de acordo com a prática e os limites orçamentários pré-estabelecidos. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a Política de Gestão de Liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.



	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Amortização	363.005	782.484	606.133	1.307.756
Juros	4.659	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>367.664</b>	<b>782.484</b>	<b>606.133</b>	<b>1.307.756</b>
<b>Fornecedores e outras obrigações</b>	<b>170.653</b>	<b>27.108</b>	<b>29.638</b>	<b>52.939</b>
Em 31 de dezembro de 2011				
Amortização	521.288	660.715	431.026	1.174.536
Juros	22.394	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>543.682</b>	<b>660.715</b>	<b>431.026</b>	<b>1.174.536</b>
<b>Fornecedores e outras obrigações</b>	<b>139.415</b>	<b>24.489</b>	<b>44.366</b>	<b>64.261</b>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2012	31/12/2011
CEF até 1998 e Tesouro Nacional	10% dos recebíveis	24.792	22.459
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	11.234
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	R\$17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	23.097	21.956
Contratos sindicalizados II – 2006	R\$15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	20.787	19.760
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	21.291	20.115
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	22.595	21.215
BNDES PAC 2007/2008	R\$26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	32.449	30.907
BNDES 181 MM	R\$7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	7.881	7.498
BNDES debêntures simples 740 MM	R\$32 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/10/10	36.367	34.487
BNDES 288 MM	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	12.960	13.070
Banco KfW	Vinculação da receita equivalente à 1 ao serviço da dívida mensal	6.000	-
CEF –Financiamentos 2011-2012	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	6.189	-

### Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. Com objetivo de minimizar tal risco e monitorar antecipadamente o grau de endividamento, a Companhia possui, estatutariamente, uma Política de Endividamento com condições mais restritivas que os contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 12).

### Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

### (b) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2012, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2011, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sumariados:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 12)	3.059.378	2.809.959
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(496.425)	(241.536)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.562.953</b>	<b>2.568.423</b>
Total do patrimônio líquido	4.963.542	4.501.677
<b>Total do capital</b>	<b>7.526.495</b>	<b>7.070.100</b>
Índice de alavancagem financeira - %	34	36
Índice de capital de terceiros - %	52	57
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 12)	3.059.378	2.809.959
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(497.701)	(242.371)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.561.677</b>	<b>2.567.588</b>
Total do patrimônio líquido	4.990.264	4.533.604
<b>Total do capital</b>	<b>7.551.941</b>	<b>7.101.192</b>
Índice de alavancagem financeira - %	34	36
Índice de capital de terceiros - %	51	57

(c) Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos financeiros, mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme divulgado na Nota 03 (i e j) das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, são classificados como empréstimos e recebíveis e reconhecidos pelo custo amortizado.

## 20. Receitas

As receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão apresentadas abaixo:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	3.064.739	2.765.410
Receita de construção	731.576	701.256
<b>Total receita bruta</b>	<b>3.796.315</b>	<b>3.466.666</b>
Impostos sobre vendas	(296.374)	(255.800)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.499.941</b>	<b>3.210.866</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	3.082.980	2.779.617
Receita bruta de venda de produtos	3.684	1.912
Receita de construção	731.576	701.256
<b>Total receita bruta</b>	<b>3.818.240</b>	<b>3.482.785</b>
Impostos sobre vendas	(299.213)	(257.853)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.519.027</b>	<b>3.224.932</b>

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão apresentadas abaixo:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Reversão de provisão não dedutível	57.678	28.045
Recuperação de contas baixadas	35.732	30.420
Outras receitas	28.920	20.237
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>122.330</b>	<b>78.702</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Reversão de provisão não dedutível	60.839	29.691
Recuperação de contas baixadas	36.291	30.534
Outras receitas	30.391	21.545
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>127.521</b>	<b>81.770</b>

## 21. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e encargos	904.002	821.946	911.616	827.580
Materiais	105.436	99.106	107.664	101.161
Serviços de terceiros	536.949	458.672	547.803	467.117
Gerais	109.263	95.015	113.186	97.562
Depreciações e amortizações	372.318	304.497	381.850	315.696
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.019	43.972	68.313	45.015
Provisões para perdas materiais obsoletos	221	1.965	221	2.541
Custos de construção (*)	716.496	687.301	716.496	687.301
Custos dos produtos vendidos	-	-	3.160	1.520
Provisões para demandas judiciais	44.252	31.817	47.049	35.000
Equivalência patrimonial	13.320	18.537	-	-
Participação dos empregados nos lucros	27.613	28.317	27.613	28.317
Outros	45.376	31.569	48.990	33.518
<b>Despesas operacionais</b>	<b>2.942.265</b>	<b>2.622.714</b>	<b>2.973.961</b>	<b>2.642.328</b>
<b>(-) Créditos tributários</b>	<b>(89.681)</b>	<b>(70.871)</b>	<b>(90.516)</b>	<b>(71.454)</b>
<b>Despesas operacionais líquidas</b>	<b>2.852.584</b>	<b>2.551.843</b>	<b>2.883.445</b>	<b>2.570.874</b>
<b>Custos</b>	<b>2.141.160</b>	<b>1.903.764</b>	<b>2.167.896</b>	<b>1.923.418</b>
<b>Despesas</b>	<b>711.424</b>	<b>648.079</b>	<b>715.549</b>	<b>647.456</b>

(\*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora/Consolidado	
	2012	2011
Salários e encargos	28.426	27.875
Materiais	97.520	68.691
Equipamentos	89.008	38.972
Serviços de terceiros	438.888	470.691
Custos de financiamentos	61.690	79.488
Outros	964	1.584
<b>Total dos custos de construção</b>	<b>716.496</b>	<b>687.301</b>

## 22. Despesas com Benefícios e Empregados

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Salários	507.446	456.335
Custos previdenciários	154.578	141.372
FGTS	48.008	44.833
Contribuição para plano de pensão	33.683	33.655
Programa de alimentação	103.646	92.112
Programa de saúde	41.446	40.575
Outros benefícios	15.195	13.064
<b>Total</b>	<b>904.002</b>	<b>821.946</b>
Número de empregados (não auditado)	11.611	11.535

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Salários	512.104	461.949
Custos previdenciários	155.641	142.268
FGTS	48.340	45.118
Contribuição para plano de pensão	33.683	33.655
Programa de alimentação	105.024	92.306
Programa de saúde	41.544	40.648
Outros benefícios	15.280	13.156
<b>Total</b>	<b>911.616</b>	<b>829.100</b>
Número de empregados (não auditado)	11.912	11.794

## 23. Receitas e Despesas Financeiras

A variação verificada no resultado financeiro do exercício de 2012, em relação à igual período de 2011 está assim representada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Juros ativos	21.696	25.542
Rendimentos com aplicações financeiras	58.710	27.077
Receita de variação monetária e cambial	51.645	27.519
Capitalização de ativos financeiros/outros	2.666	16.195
<b>Total de receita</b>	<b>134.717</b>	<b>96.333</b>
Juros sobre financiamentos	(194.447)	(147.958)
Despesa de variação monetária e cambial	(55.603)	(32.870)
Outras despesas	(7.320)	(4.359)
<b>Total de despesa</b>	<b>(257.370)</b>	<b>(185.187)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(122.653)</b>	<b>(88.854)</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Juros ativos	21.903	25.771
Rendimentos com aplicações financeiras	58.717	27.128
Receita de variação monetária e cambial	50.362	20.239
Capitalização de ativos financeiros/outros	2.774	16.399
<b>Total de receita</b>	<b>133.756</b>	<b>89.537</b>
Juros sobre financiamentos	(194.447)	(147.964)
Despesa de variação monetária e cambial	(55.605)	(32.871)
Outras despesas	(7.407)	(4.594)
<b>Total de despesa</b>	<b>(257.459)</b>	<b>(185.429)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(123.703)</b>	<b>(95.892)</b>

## 24. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 51,13% das ações da sociedade (Nota 18).

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na Nota 11, e os convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

Controladora					
31/12/2012					
Subsidiárias					Outras
Águas Minerais	Copanor	Serviços Irrigação	Total	Estado MG	
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados	-	-	-	-	17.996
Não circulante					
Empréstimos	-	19.121	1.076	20.197	-
Investimentos	23.581	1	1	23.583	-
<b>Total do ativo</b>	<b>23.581</b>	<b>19.122</b>	<b>1.077</b>	<b>43.780</b>	<b>17.996</b>
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	-	-	29.787
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	24.197
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	-	15.932	186	16.118	-
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>15.932</b>	<b>186</b>	<b>16.118</b>	<b>53.984</b>
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário					
	-	-	-	-	102.077
Receitas de variações monetárias	-	1.187	99	1.286	-



Controladora					
31/12/2011					
	Subsidiárias			Total	Outras
	Águas Minerais	Copanor	Serviços Irrigação		Estado MG
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados	-	-	-	-	8.905
Convênios	-	-	-	-	4.741
Não circulante					
Empréstimos	57.541	17.139	1.368	76.048	-
Investimentos	1	1	1	3	-
<b>Total do ativo</b>	<b>57.542</b>	<b>17.140</b>	<b>1.369</b>	<b>76.051</b>	<b>13.646</b>
Passivo					
Circulante					
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	15.870
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	31.047	13.666	894	45.607	-
<b>Total do passivo</b>	<b>31.047</b>	<b>13.666</b>	<b>894</b>	<b>45.607</b>	<b>15.870</b>
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	89.806
Receitas de variações monetárias	5.561	1.542	178	7.281	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas). Os contratos de mútuo com as subsidiárias têm as seguintes condições:

- Águas Minerais de Minas:

A partir de janeiro de 2012, a atualização monetária sobre os contratos de mútuo com esta subsidiária deixou de ser calculada e contabilizada, pois o saldo destes contratos foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital, registrado no patrimônio líquido, cuja efetivação depende de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no 1º trimestre de 2013, conforme Nota 08.

- Copanor:

Remuneração de 90% do CDI, conforme renegociação descrita na Nota 08.

- Serviços de Irrigação:

Remuneração de 101% do CDI.

► Fornecimento de energia

A Companhia é grande consumidora de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo que o principal fornecedor desta energia é a CEMIG, empresa controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de cada unidade consumidora.

► Contratos de financiamento com o BDMG

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

► Contratos com a CODEMIG

A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

► Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com a União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto desses contratos é de R\$42.112, conforme Nota 12.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto desses contratos é de R\$56.162, conforme Nota 12.

Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas tributárias constitucionais, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto desse contrato é de R\$6.225, conforme Nota 12.

► Remuneração do pessoal-chave da administração

	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração	4.538	4.363
Participação nos lucros	31	27
Benefícios pós-emprego	39	-
Benefícios assistenciais	631	572
<b>Total</b>	<b>5.239</b>	<b>4.962</b>

## 25. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

O Estado e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

- 1º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 (trezentas e trinta e cinco) parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m<sup>3</sup> de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m<sup>3</sup> em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a receber registrado é de R\$255.676 sendo R\$35.676 no ativo circulante e R\$220.000 no ativo não circulante (R\$250.766 em 31 de dezembro de 2011 sendo R\$30.706 no ativo circulante e R\$220.060 no ativo não circulante).
- 2º) A Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, a título de custo do Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em dezembro de 2011, o Município de Belo Horizonte apresentou medições de gastos realizados com o referido programa até o mês de dezembro de 2009. Considerando o compromisso de reembolso de parte do valor dessas medições a partir de janeiro de 2008, o seu valor foi atualizado até a referida data e baixado pelo valor total de reembolsos devidos no período, passando a representar um saldo de R\$214.933. Quando da apresentação de novas medições de gastos realizados pelo Município, será procedido o reembolso das 240 (duzentas e quarenta) parcelas remanescentes, limitado ao valor de R\$855 de cada parcela, atualizado pelo IPCA, e ao saldo atualizado do compromisso.

## 26. Mensuração e Hierarquia do Valor Justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo, ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado.

Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais premissas estabelece-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

1. Nível 1 - Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
2. Nível 2 – Outros insumos que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente; e
3. Nível 3 - Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possui instrumento financeiro avaliado a valor justo.

## 27. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2012:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias (1)
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	186.404	25/08/2011	1.080
Construções Camargo Corrêa S/A.	121.904	24/11/2011	900
Mendes Junior Trading e Engenharia S/A	60.339	30/11/2012	810
Construtora Barbosa Mello S/A.	43.272	26/12/2011	540
Egesa Engenharia S/A.	42.121	13/09/2010	1.080
Perfil Engenharia S/A	26.732	05/01/2012	540
Infracon Engenharia e Comércio Ltda	26.353	08/08/2012	630
Prefisan Engenharia S/A	21.624	14/03/2012	1.080
Construtora R. Fonseca Ltda	17.734	01/11/2012	600
Empreendimentos MM Ltda	15.870	14/11/2012	600

1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são contabilizadas como ativos intangíveis sob o título 'direito de exploração de concessões', e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		% realização
	Empenhados	Realizados	
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (Nota 25)	261.140	59.740	22,88
Contagem	83.707	83.707	100
Montes Claros	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

## 28. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações e/ou instalações, na data de encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

## 29. Exigibilidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Em 1991, a Companhia suspendeu o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituísse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexistente qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

### 30. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante o exercício de 2012 e 2011, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Debêntures convertidas em ações (Notas 12 e 18)	137.486	39	137.486	39
Dividendos propostos (Nota 18)	159.381	153.127	159.381	153.127
Transferência de mútuo para AFAC (AGMM) (Notas 08 e 24)	58.210	-	-	-
Transferência convênio PRODES/ANA (Notas 07 e 11)	7.576	(2.660)	7.576	(2.660)

---

## DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS  
PAULA VASQUES BITTENCOURT

CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA  
SOBRINHO  
GELTON PALMIERI ABUD  
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA

JUAREZ AMORIM  
MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU  
VALÉRIO MÁXIMO GAMBOGI PARREIRA  
TILDEN SANTIAGO  
PAULO FERNANDO RODRIGUES LOPES

Diretor Presidente  
Diretora Financeira e de Relações com  
Investidores  
Diretor Técnico e de Novos Negócios

Diretor de Gestão Corporativa  
Diretor de Planejamento e Gestão de  
Empreendimentos  
Diretor de Operação Metropolitana  
Diretor de Operação Norte  
Diretor de Operação Centro Leste  
Diretor de Meio Ambiente  
Diretor de Operação Sudoeste

## CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO  
Contador - CRCMG - 36.109

PACÍFICO AUGUSTO VIEIRA  
Superintendente de Contabilidade,  
Custos e Patrimônio  
Contador -CRCMG – 55.682

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA  
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS  
EUCLIDES GARCIA DE LIMA FILHO  
FLÁVIO JOSÉ BARBOSA DE ALENCASTRO  
ÊNIO RATTON LOMBARDI  
JOSÉ CARLOS CARVALHO  
TADEU BARRETO GUIMARÃES  
ALFREDO VICENTE SALGADO FARIA  
ALEXANDRE PEDERCINI ISSA

Presidente  
Vice-Presidente  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro